

* continuação

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

g) Benefícios a empregados**Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 21.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado em decorrência da prestação dos serviços e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais se referem, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou no embarque no navio da carga exportada. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j) Arrendamentos

Os pagamentos efetuados relativos a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

k) Concessão de serviços públicos

A Companhia possui concessão de serviço público decorrente do contrato de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. A Companhia atua sob o regime de concessão; entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos das interpretações técnicas ICPs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude do preço do serviço prestado não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

m) Imposto de renda e contribuição social

As bases de apuração desses tributos, correntes e diferidos, são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

n) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

o) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia ainda não adotou as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (ii)
Modificações às IFRS 15	Receitas com Clientes (ii)
IFRS 11 / CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (iii)
IAS 38 / CPC 40 (R1)	Ativo Imobilizado (iii)
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (i)

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC, de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

4. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação, com base no método a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contratos de swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados com base nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data da mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

5. Gerenciamento do Risco Financeiro**Gestão de capital**

Embora a Companhia venha apresentando uma geração de prejuízos acumulados, a política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito de custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Total do passivo	27.920	20.669
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(55)	(182)
Dívida líquida	27.865	20.487
Total do patrimônio líquido	8.364	15.435
Relação dívida líquida sobre capital	3,33154	1,32731

Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 22.

6. Transações com Partes Relacionadas**a) Contrato de mútuo**

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante:		
Santos Brasil Participações S.A.	5.951	-

Representa o contrato firmado em 27 de março de 2014, que tem por objetivo o financiamento do capital de giro, remunerado à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora.

b) Contas-correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia tinha registrado como outras contas a pagar valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante:		
Santos Brasil Participações S.A.	82	98

c) Remuneração do pessoal-chave

A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$69 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$138 em 31 de dezembro de 2013).

Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

d) Benefícios a colaboradores

A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2014, esses benefícios representaram a aplicação de R\$2.425 (R\$1.716 em 31 de dezembro de 2013), correspondentes a 6,76% e 5,98%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.

e) Controladores

A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social. A controladora final é a Santos Brasil Participações S.A..

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e saldo em bancos	55	182

8. Contas a Receber de Clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:		
No País	4.867	3.953
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53)	(450)
Total	4.814	3.503

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2014	31/12/2013
Créditos a vencer	1.789	1.608
Créditos em atraso até 60 dias	2.167	1.506
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	71	7
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	409	473
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	286	78
Créditos em atraso há mais de 361 dias	145	281
Total	4.867	3.953

continua —*